

BANCO CACIQUE S/A

CNPJ Nº 33.349.358/0001-83

Rua Boa Vista, 254 - 10º andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração do Banco Cacique S.A. submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras acompanhadas do respectivo relatório dos Auditores Independentes, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		272.972	570.394	CIRCULANTE		9.783	393.442
DISPONIBILIDADES	4	1.573	1.062	DEPÓSITOS	14	988	375.141
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	260.988	523.454	DEPÓSITOS À VISTA		912	985
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		260.988	523.454	DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		-	298.478
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		422	513	DEPÓSITOS A PRAZO		76	75.678
PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS A LIQUIDAR		-	1	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		71	236
CRÉDITOS VINCULADOS		19	18	CORRESPONDENTES NO PAÍS		71	236
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES		403	494	OUTRAS OBRIGAÇÕES		8.724	18.065
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		8.578	37.206	COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMBELHADOS		-	1
SETOR PRIVADO	7	10.851	83.424	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	1.351	2.278
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(2.273)	(46.218)	NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES		12	3.623
OUTROS CRÉDITOS		1.184	7.668	DIVERSAS	9.c)	7.361	12.163
DIVERSOS	9.a)	6.058	12.415	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		164.577	106.122
PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(4.874)	(4.747)	DEPÓSITOS	14	59.750	-
OUTROS VALORES E BENS		227	491	DEPÓSITOS A PRAZO		59.750	-
OUTROS VALORES E BENS		43	17	OUTRAS OBRIGAÇÕES		104.827	106.122
DESPESAS ANTECIPADAS	10	184	474	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	3.317	7.624
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		101.162	74.409	DIVERSAS	9.c)	101.510	98.498
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	50.555	21.475	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	15	108	1.181
CARTEIRA PRÓPRIA		30.375	12.263	RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		108	1.181
VINCULADOS À PRESTAÇÃO DE GARANTIAS		20.180	9.212	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		246.854	198.933
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.937	15.576	CAPITAL SOCIAL	16.a)	799.579	733.518
SETOR PRIVADO	7	7.276	21.291	DE DOMICILIADOS NO PAÍS		799.579	733.518
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(339)	(5.715)	RESERVAS DE CAPITAL	22	996	933
OUTROS CRÉDITOS	9.a)	43.607	36.876	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(34)	(2)
DIVERSOS		43.607	36.876	PREJUÍZOS ACUMULADOS		(553.687)	(535.516)
OUTROS VALORES E BENS	10	63	482	TOTAL DO PASSIVO		421.322	699.678
DESPESAS ANTECIPADAS		63	482				
PERMANENTE		47.188	54.875				
INVESTIMENTOS		45.094	50.102				
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS	12	45.073	50.078				
OUTROS INVESTIMENTOS		21	24				
IMOBILIZADO DE USO	13	2.094	4.064				
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		20.205	21.190				
DEPRECIACIONES ACUMULADAS		(18.111)	(17.126)				
DIFERIDO		-	709				
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO		-	1.551				
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO		-	(842)				
TOTAL DO ATIVO		421.322	699.678				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(em milhares de reais - exceto prejuízo por ação)

	Nota	2.º Semestre 2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.244	78.462	257.683
Operações de crédito		12.054	27.057	236.934
Resultado de títulos e valores mobiliários		21.190	51.405	20.749
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.139)	(21.077)	(161.480)
Operações de captação no mercado		(3.822)	(18.252)	(67.852)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	(29.339)
Resultado de câmbio		-	-	(2)
Reversão / (Provisão) para operações de créditos	8	683	(2.825)	(64.287)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		30.105	57.385	96.203
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(43.151)	(74.887)	(112.627)
Receitas de prestação de serviços		192	631	2.559
Despesas de pessoal		(21.554)	(42.897)	(71.794)
Outras despesas administrativas	19	(19.613)	(39.835)	(71.062)
Despesas tributárias		(1.465)	(3.205)	(11.755)
Resultado de participação em controladas	12	(5.754)	(11.030)	(40.650)
Outras receitas operacionais	20	9.043	31.464	157.670
Outras despesas operacionais	21	(4.000)	(10.015)	(77.595)
RESULTADO OPERACIONAL		(13.046)	(17.502)	(16.424)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(44)	(458)	(2.433)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO ...		(13.090)	(17.960)	(18.857)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17	-	-	(243)
Reversão de passivo fiscal diferido		-	-	(243)
PREJUÍZO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		(13.090)	(17.960)	(19.100)
PREJUÍZO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO - em R\$		(10,99)	(15,07)	(21,36)
Número de ações		1.191.392	1.191.392	894.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	668.518	2.566	4	(516.416)	154.672
Aumento de Capital Social homologado pelo Bacen em 02/09/2015	65.000	-	-	-	65.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(6)	-	(6)
Plano de pagamento baseado em ações	-	(1.633)	-	-	(1.633)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(19.100)	(19.100)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	733.518	933	(2)	(535.516)	198.933
Aumento de Capital Social homologado pelo Bacen em 12/02/2016 e 12/09/2016	66.061	-	-	-	66.061
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(32)	-	(32)
Variações Patrimoniais de incorporação (nota explicativa 1)	-	-	-	(211)	(211)
Plano de pagamento baseado em ações	-	63	-	-	63
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(17.960)	(17.960)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	799.579	996	(34)	(553.687)	246.854
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	793.518	788	(18)	(540.386)	253.902
Aumento de Capital Social homologado pelo Bacen em 12/09/2016	6.061	-	-	-	6.061
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(16)	-	(16)
Variações Patrimoniais de incorporação (nota explicativa 1)	-	-	-	(211)	(211)
Plano de pagamento baseado em ações	-	208	-	-	208
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(13.090)	(13.090)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	799.579	996	(34)	(553.687)	246.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(em milhares de reais)

	2o. Semestre	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(13.090)	(17.960)	(19.100)
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:	8.365	13.846	107.085
Depreciações e amortizações	1.083	2.335	3.333
(Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(796)	2.698	63.318
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	113	127	969
Reversão de provisão com perdas com créditos cedidos	-	-	(67)
Reversão de provisão de valorização da carteira cedida	-	-	(4)
Provisão / (Reversão) com processos judiciais	1.559	(1.258)	(4.067)
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(16)	(32)	(6)
Impostos diferidos	-	-	243
Resultado de participação em controladas	5.754	11.030	40.650
Provisão / (Reversão) com participação no resultado	532	(1.373)	141
Plano de pagamento baseado em ações	-	(145)	(727)
Baixas por obsolescência	89	329	2.294
Perda na venda de imobilizado	47	135	1.008
(Prejuízo) / Lucro líquido ajustado	(4.725)	(4.114)	87.985
Varição de ativos e passivos	(38.275)	(317.758)	416.635
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários	(27.667)	(29.080)	35.433
Redução / (Aumento) em relações interdependências e interfinanceiras	225	(74)	2.975
Redução em operações de crédito	9.461	34.569	787.348
Aumento em outros créditos	(3.535)	(374)	(8.277)
Redução em outros valores e bens	123	683	3.413
Redução em depósitos	(8.602)	(314.403)	(378.213)
Redução de captação no mercado aberto	-	-	(10.740)
Redução em outras obrigações	(7.921)	(8.006)	(12.531)
Redução em resultados de exercícios futuros	(359)	(1.073)	(2.773)
(=) CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) / PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(43.000)	(321.872)	504.620
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Aquisição de investimento	(6.025)	(6.025)	(78.012)
Aquisição de imobilizado de uso	(164)	(164)	(734)
Alienação de imobilizado de uso	13	45	311
(=) CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.176)	(6.144)	(78.435)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Aumento de Capital Social	6.061	66.061	65.000
(=) CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	6.061	66.061	65.000
(REDUÇÃO) / AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(43.115)	(261.955)	491.185
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	305.676	524.516	33.331
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE / EXERCÍCIO (nota explicativa n.º 4)	262.561	262.561	524.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - O Banco Cacique S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimento e de crédito e financiamento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. As captações, quando necessárias, vêm sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo, principalmente com o Banco Société Générale Brasil S.A. Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do Banco Cacique decidiu pelo encerramento de suas operações, deixando de conceder novos empréstimos. O encerramento das operações vem ocorrendo através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, e por eventuais alienações de certos ativos. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Em 01 de agosto de 2016, a Administração do Banco Cacique aprovou a incorporação da Credial Empreendimentos e Serviços Ltda., empresa cindida do Banco Pecúnia, na mesma data. A in-

corporação foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. O acervo cindido, na data de referência, estava composto por:

	Acervo em 31/12/2015	Acervo em 01/08/2016	Varição Patrimonial
Ativos	6.462	6.058	(404)
BNDU	-	33	33
Investimento em controlada (Credial)	6.146	6.025	(121)
Imóveis de uso	316	-	(316)
Passivos	(6.462)	(6.269)	193
Capital Social	(6.061)	(6.061)	-
Reserva de capital - Plano de ações	(221)	(208)	13
Reservas de reavaliação	(180)	-	180
Total	-	(211)	(211)

Em 18/10/2016 a Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. foi incorporada pela Cacique Promotora de Vendas Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. Embora o Banco esteja em fase de encerramento das operações, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme princípio de continuidade. O Banco passou a publicar a partir de junho de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

2015 exclusivamente suas demonstrações financeiras individuais atendendo as normas vigentes. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações de fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11; f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; h) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.424/15; e i) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 13 de fevereiro de 2017.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/99 do Banco Central do Brasil - BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. **f) Investimentos** - As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos estão registrados ao valor de custo. **g) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa n.º 13 e compatíveis com o tempo estimado de vida útil-econômica dos bens. **h) Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. **i) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores. **j) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **k) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN. **m) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%, de acordo com a Lei n.º 13.169 de 06 de outubro de 2015. **n) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários

das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal "pro rata" ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro. **o) Lucro / (Prejuízo) por ação** - A divulgação do lucro/ (prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro/ (prejuízo) líquido do período pela quantidade total de ações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	1.573	1.062
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	260.988	523.454
TOTAL	262.561	524.516

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa nº. 18 a)		
Até 3 meses	260.988	523.454
TOTAL	260.988	523.454

O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se a aplicações em CDI pré junto ao Banco Société Générale com vencimento em janeiro de 2017 (janeiro de 2016, em 2015).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado**

	2016		2015	
	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva
Títulos e Valores Mobiliários:				
Carteira Própria	30.375	30.412	12.263	12.264
Títulos disponíveis para venda.....	30.375	30.412	12.263	12.264
Letras financeiras do tesouro - LFT	30.375	30.412	12.263	12.264
Vinculados a Prestação de Garantias	20.180	20.205	9.212	9.213
Títulos disponíveis para venda.....	20.180	20.205	9.212	9.213
Letras financeiras do tesouro - LFT	20.180	20.205	9.212	9.213
Total	50.555	50.617	21.475	21.477

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda", perda no montante de R\$34 (perda de R\$2 em 2015), está registrado no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos impostos. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

b) Composição por prazo de vencimento

	2016	2015
Títulos disponíveis para venda		
Acima de 1 ano	50.555	21.475
Total	50.555	21.475

c) Composição por emissor

	2016	2015
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo federal.....	50.555	21.475
Total	50.555	21.475

d) Gerenciamento de riscos e de capital - A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A. O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Grupo, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. I. Risco de crédito - o gerenciamento de Risco de Crédito do Grupo é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. II. Risco de mercado - o Grupo utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo com agilidade, transparência e alto grau de confiança. III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. IV. Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN n.º 3.380, de 29 de junho de 2006, o Grupo identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro; vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão disponíveis nos sítios da internet do Banco Cacique S.A. e de seu controlador, seção Gestão de Riscos. V. Risco de capital - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e avaliação de seus impactos no capital. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as estruturas realizada através do Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado Grupo, que se reúne mensalmente.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO - a) Tipo de operação

	2016	2015
Crédito direto ao consumidor	-	82
Crédito pessoal próprio	1.325	54.519
Crédito pessoal consignado em folha - setor público.....	12.862	25.811
Crédito pessoal consignado ao beneficiário do INSS ..	2.120	18.320
Crédito pessoal com garantia de veículos.....	1.820	5.983
Subtotal operações de crédito	18.127	104.715
Outros créditos (conforme nota explicativa nº 9 a).....	4.881	4.779
Total das operações de crédito	23.008	109.494

Em 1º de abril de 2015, o Banco Cacique assinou contrato de promessa de cessão de crédito, sem coobrigação, referente a sua carteira de Crédito Pessoal Consignado aos beneficiários do INSS, cuja efetivação ocorreu no 4º trimestre de 2015. O valor total da cessão foi de R\$ 429.421 com um prejuízo líquido de R\$ 25.777.

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2016	2015
Pessoa Física		
Setor Público	17.743	30.590
Setor Privado	5.265	78.904
Total	23.008	109.494

c) Composição da carteira por vencimento

	2016	2015
Prazo:		
Carteira vencida à partir de 15 dias	6.641	37.216
Carteira a vencer até 3 meses	2.852	27.532
Carteira a vencer de 3 a 12 meses	6.239	23.455
Carteira a vencer de 1 a 3 anos	7.052	18.358
Carteira a vencer de 3 a 5 anos	224	2.843
Carteira a vencer acima de 5 anos.....	-	90
Total	23.008	109.494

d) Concentração da carteira de crédito

	2016		2015	
	Valor a carteira	% sobre	Valor a carteira	% sobre
Principal devedor (*)	1.281	5,57%	1.284	1,17%
10 seguintes maiores devedores...	3.728	16,20%	3.571	3,26%
20 seguintes maiores devedores...	1.692	7,35%	2.145	1,96%
50 seguintes maiores devedores...	2.579	11,21%	3.569	3,26%
100 seguintes maiores devedores.....	2.780	12,08%	4.264	3,89%
Demais devedores	10.948	47,59%	94.661	86,46%
Total	23.008	100,00%	109.494	100,00%

(*) Representado por parcelas de crédito pessoal consignado em folha - setor público, não repassadas pelo órgão conveniado.

e) Composição da carteira por nível de risco e provisionamento

Nível	2016				Provisão
	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira	
A	14.495	19	14.514	63,08%	72
B	553	57	610	2,65%	6
C	138	41	179	0,78%	5
D	127	40	167	0,73%	17
E	42	36	78	0,34%	23
F	53	58	111	0,48%	56
G	62	78	140	0,61%	98
H	874	6.335	7.209	31,33%	7.209
Total	16.344	6.664	23.008	100,00%	7.486

Nível	2015				Provisão
	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira	
A	42.069	274	42.343	38,67%	212
B	1.924	317	2.241	2,05%	22
C	1.607	605	2.212	2,02%	66
D	1.392	834	2.226	2,03%	223
E	1.172	1.188	2.360	2,16%	708
F	1.436	1.711	3.147	2,87%	1.574
G	1.271	2.362	3.633	3,32%	2.543
H	16.633	34.699	51.332	46,88%	51.332
Total	67.504	41.990	109.494	100,00%	56.680

As provisões contemplam o arrasto unificado das carteiras de crédito do Banco Cacique e Banco Pecúnia. **f) Renegociações** - Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de operações de crédito renegociadas no exercício é de R\$ 2 (R\$ 29 em 2015).

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2016	2015
SALDO INICIAL	56.680	70.449
(+) Provisão constituída.....	2.825	64.287
(-) Baixas contra provisão.....	(52.019)	(78.056)
SALDO FINAL	7.486	56.680

Durante o exercício foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de:

	2016	2015
Créditos recuperados	20.030	29.579

9. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Outros créditos - diversos**

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	119	160
Adiantamentos por pagamentos de nossa conta	17	40
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas (nota explicativa nº. 11 c)	33.669	19.980
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais (nota explicativa nº. 11 c)	48	45
Devedores por depósitos em garantia - recursos cíveis (nota explicativa nº. 11 c)	7.378	6.782
Impostos e contribuições a compensar	2.512	10.067
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº. 7 a) ..	4.881	4.779
Valores a receber sociedade ligada (nota explicativa nº. 18 a)	1.006	6.115
Devedores diversos - País	35	1.323
Total	49.665	49.291

	2016	2015
Curto prazo	6.058	12.415
Longo prazo	43.607	36.876
b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros.....	23	37
Impostos e contribuições sobre salários	957	1.522
Imposto sobre serviços	4	4
INSS, IRRF e CIDE a recolher	57	58
CSLL, PIS e COFINS retido de terceiros	91	137
PIS	31	73
COFINS	188	447
Provisão para imposto de renda diferido (nota explicativa nº. 17 c)	1.213	1.213
Provisão para contribuição social diferida (nota explicativa nº. 17 c)	970	970
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº. 11 b) ..	1.134	5.441
Total	4.668	9.902
Curto prazo	1.351	2.278
Longo prazo	3.317	7.624

	2016	2015
c) Outras obrigações - diversas		
Cheques administrativos	41	41
Provisão para pagamentos a efetuar - Fornecedores.....	3.462	2.832
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal.....	2.916	5.269
Provisão com Processos trabalhistas (nota explicativa nº. 11 b)	88.439	82.090
Provisão com Processos cíveis (nota explicativa nº. 11 b)	13.071	16.371
Provisão para pagamentos a efetuar - SG Paris (nota explicativa nº. 18 a)	-	43
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº. 18 a)	93	204
Recebimentos a processar	376	2.892
Obrigações com cessonários	5	11
Cretores diversos no País - demais.....	468	908
Total	108.871	110.661
Curto prazo ..		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	2016	2015
Vale transporte	12	-
Assistência médica e odontológica	-	132
Despesas com encargos contratuais	85	235
Despesas com comissões a diferir (*)	150	585
Outras	-	4
Total	247	956
Curto prazo	184	474
Longo prazo	63	482

(*) Composto por "Despesas com comissões sobre a intermediação de operações", cujo método de apropriação é de acordo com os prazos originais dos contratos de operações de crédito.

11. ATIVOS CONTINGENTES, PROVISÕES PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS - O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, na complexidade e no histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. **a) Ativos contingentes** - Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

b) Saldos patrimoniais das provisões com processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza

	2016	2015
Provisões para riscos fiscais (1)	1.134	5.441
Provisões para riscos trabalhistas (2)	88.439	82.090
Provisões para riscos cíveis (2)	13.071	16.371
Total	102.644	103.902

(1) nota explicativa n.º 9 b
(2) nota explicativa n.º 9 c

c) Movimentação das provisões com processos judiciais e administrativos e obrigações legais

	2016			2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	5.441	82.090	16.371	44.222	52.294	11.453
Constituição (1)	66	8.116	547	824	30.845	4.967
Reversão de provisão (2)	(4.373)	(1.767)	(3.847)	(39.605)	(1.049)	(49)
Saldo final	1.134	88.439	13.071	5.441	82.090	16.371
Depósitos em garantia - outros créditos (3)	48	33.669	7.378	45	19.980	6.782

(1) nota explicativa n.º 21
(2) nota explicativa n.º 20
(3) nota explicativa n.º 9 a

d) O detalhamento das provisões, obrigações legais e dos riscos por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é o seguinte:

	2016					
	Obrigações legais, fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas	-	-	-	-	-	-
Prováveis	-	-	88.439	88.439	11.580	11.580
Possíveis	149.787	1.134	426.673	-	14.332	1.491
Remotas	-	-	-	-	10.710	-
TOTAL	149.787	1.134	515.112	88.439	36.622	13.071
	2015					
	Obrigações legais, fiscais e previdenciárias		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas	-	-	-	-	-	-
Prováveis	-	-	82.090	82.090	14.880	14.880
Possíveis	91.645	5.441	439.005	-	36.748	1.491
Remotas	-	-	-	-	10.710	-
TOTAL	91.645	5.441	521.095	82.090	62.338	16.371

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Referem-se às obrigações legais e contingências relacionadas às questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Banco, sendo os principais temas discutidos: Passivos contingentes classificados como perda possível e obrigações legais - **Obrigações Legais** - CSLL - Majoração de alíquota de 10% para 15% - R\$ 48 (R\$ 45 em 2015) - A Lei 8114/90 majorou a alíquota da CSLL de 10% para 15%. Os valores do questionamento foram depositados em juízo. Aguarda-se a distribuição do Recurso Extraordinário perante o STF. IRPJ 2001 NÃO HOMOLOGAÇÃO PER/DCOMP - R\$ 1.086 (R\$ 1.023 em 2015) - Trata-se de PER/DCOMP não homologado pela Receita Federal relativo aos créditos de IRPJ 2001 a compensar. O Banco entrou com manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento. PIS EMENDA CONSTITUCIONAL 17/97 - R\$ 4.373 em 2015 - Trata-se de ação judicial para afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias da publicação da EC 17/97 para fins de recolhimento de PIS RECEITA BRUTA. Decisão favorável, certificado o trânsito em julgado da decisão que negou provimento ao recurso fazendário. **Fiscais e Previdenciárias** - GLOSA DE AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO E OMISSÃO DE GANHOS SOBRE DESMUTUALIZAÇÃO DAS AÇÕES DA CETIP - R\$ 46.558 (R\$42.777 em 2015) - Trata-se de Auto de Infração da Receita Federal do Brasil, pela glosa de despesas de amortização de ágio referente ao ano de 2010 e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente ao ano de 2008. A 2.ª Câmara, 1.ª Turma do CARF julgou os recursos voluntários parcialmente procedentes em relação a desmutualização da CETIP, considerando o ganho de capital tributável. Todavia o Banco apurou prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no ano base, assim a infração reduziria apenas o montante de prejuízo fiscal daquele ano. Quanto a glosa de despesa com a amortização do ágio, o acórdão deu provimento ao Banco, entendendo que o lançamento do ofício foi imprecudente. A Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial questionando a decisão de afastar a glosa do ágio. PLANO VERÃO - Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990. Não há depósito judicial. Em 2015 o valor provisionado foi integralmente revertido, em face de decisão definitiva favorável aos contribuintes proferida pelo E.STF em sede de repercussão geral. O processo está com a 3.ª Turma do TRF da 3.ª Região, aguardando julgamento e exame de admissibilidade para aplicação dessa decisão. **Trabalhistas:** São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas às causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos. **Cíveis:** São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes aos empréstimos. As ações revisionais referem-se às operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos, e para as demais ações cíveis, a provisão é constituída de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	2016			TOTAL
	CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA.	CREDIAL E SERVIÇOS LTDA	COBRACRED COBRANÇA ESPECIALIZADA LTDA.	
Informações das controladas:				
Capital social	102.397	-	-	12.100
Quantidade de cotas	129.464	-	-	121.000
Porcentagem da participação	99,9992%	0%	0,1000%	0,1000%
Patrimônio líquido em 31/12/2016	45.065	-	-	7.866
Prejuízo do exercício	(11.354)	326	-	(2.576)
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de dezembro de 2015 ...	50.068	-	-	10 50.078
Resultado de equivalência patrimonial	(11.354)	326	(2)	(11.030)
Incorporação do investimento (nota explicativa n.º 1)	6.351	(326)	-	6.025
Saldos em 31 de dezembro de 2016 .	45.065	-	8	45.073
	2015			TOTAL
	CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA.	CREDIAL E SERVIÇOS LTDA	COBRACRED COBRANÇA ESPECIALIZADA LTDA.	
Informações das controladas:				
Capital social	96.046	-	-	12.100
Quantidade de cotas	22.815	-	-	1.000
Porcentagem da participação	99,9991%	0%	0,1000%	0,1000%
Patrimônio líquido em 31/12/2015	50.068	-	-	10.421
Prejuízo do exercício	(40.645)	-	-	(5.200)
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	12.713	-	3	12.716
Resultado de equivalência patrimonial	(40.645)	-	(5)	(40.650)
Aumento de Capital	78.000	-	12	78.012
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50.068	-	10	50.078

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	2016		2015	
		Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações	10%	403	(398)	5	7
Móveis, máquinas e equipamentos de uso	10%	482	(301)	181	745
Sistemas de comunicação	24%	142	(90)	52	470
Sistemas de processamento de dados	20%	18.494	(16.968)	1.526	19.566
Sistemas de segurança	10%	-	-	6	(3)
Terrenos	-	3	-	3	-
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	681	(354)	327	-
Total		20.205	(18.111)	2.094	21.190
				(17.126)	4.064

14. DEPÓSITOS

	2016		2015	
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos a vista	Depósitos a prazo
Sem vencimento	912	-	985	-
Até 3 meses	-	23	-	14.416
De 3 meses a 1 ano	-	53	-	61.262
De 1 a 3 anos	-	59.750	-	-
Total	912	59.826	985	75.678
				298.478

15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - Em resultado de exercícios futuros estão as rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - **a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2016 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 799.579 (733.518 em 2015), estava representado por 1.191.392 (894.384 em 2015) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 01 de agosto de 2016, houve a Cisão Parcial do Banco Pecúnia, com versão da parcela cindida para o Banco Cacique S.A., que teve o capital social aumentado em R\$ 6.061, líquido dos valores da reserva de capital e reserva de reavaliação, com emissão de 27.248 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 799.579 e o total de 1.191.392 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 02 de fevereiro de 2016, houve aumento de capital de R\$ 60.000, mediante emissão de 269.760 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 793.518 e o total de 1.164.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016. Em 24 de agosto de 2015, houve aumento de capital de R\$ 65.000, mediante emissão de 365.991 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 733.518 e o total de 894.384 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 02 de setembro de 2015. **b) Distribuição de lucros** - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária. **c) Reserva de Capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa n.º 22. **d) Reserva Legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, o Banco não destinou parte do resultado do exercício para reserva legal.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - **a) Composição do Crédito Tributário** - Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não havia crédito tributário contabilizado no Banco Cacique.

b) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição Social, líquido de participação estatutária	(17.960)	(18.857)	(17.960)	(18.857)
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
IRPJ / CSLL de acordo com a alíquota vigente	4.490	4.715	3.592	3.771
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	14.190	18.544	11.352	14.835
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes	(3.014)	(20.153)	(2.411)	(16.122)
Compensação / (Constituição) de Prejuízo Fiscal	(15.666)	(3.106)	(12.533)	(2.484)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Crédito Tributário não constituído no período devido a Res 3.059 BACEN (1.476) 15.438 (1.181) 12.351	(1.476)	15.438	(1.181)	12.351

Não estão contabilizados créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social, no montante total de R\$ 415.617 (R\$ 395.567 em 2015), sendo R\$ 286.608 (R\$ 267.550 em 2015) de prejuízo fiscal e R\$ 129.009 (R\$ 128.017 em 2015) de diferenças temporárias, em razão da incerteza quanto a sua realização. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na lei 13.169 em 06 de outubro de 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até o ano de 2018. **c) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferida passiva sobre as diferenças temporárias:**

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	(1.213)	(1.214)	(970)	(728)
Realizações	-	1	-	-
Constituição	-	-	-	(242)
Saldo final (nota explicativa n.º 9.b)	(1.213)	(1.213)	(970)	(970)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.				
Depósitos a vista	(309)	(54)	-	-
Depósitos a prazo	(19.760)	(10.947)	(2.030)	(1.108)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(196)	(204)	(2.419)	(3.461)
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos a vista	(1.078)	(7)	-	-
Depósitos a prazo	(89.723)	(50.041)	(9.000)	(5.816)
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	-	(881)
Valores a receber de sociedades ligadas	-	6	-	-
Banco Societé Générale Brasil S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	260.988	523.454	47.086	12.875
Captações em depósitos interfinanceiros	-	(298.478)	(9.490)	(56.807)
Banco Societé Générale Corporate & Investment Bank (Paris)				
Provisão para pagamentos a efetuar	-	(43)	43	(1)
Banco Pecúnia S.A.				
Depósitos a vista	(147)	(381)	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	4	1.803
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	(1.187)
Valores a receber de sociedades ligadas	1.006	6.109	10.923	58.489
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda				
Depósitos a vista	-	(7)	-	-
Depósitos a prazo	-	(14.246)	(1.480)	(1.640)
Resumo por conta:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa n.º 5)	260.988	523.454	47.090	14.678
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa n.º 9.a)	1.006	6.115	10.923	58.489
Depósitos a vista	(1.534)	(449)	-	-
Depósitos a prazo	(109.483)	(75.234)	(12.510)	(8.564)
Captações em depósitos interfinanceiros	-	(298.478)	(9.490)	(57.994)
Provisão para pagamentos a efetuar (nota explicativa n.º 9.c e 19)	-	(43)	43	(1)
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa n.º 9.c e 19)	(196)	(204)	(2.419)	(4.342)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O montante pago a título de remuneração dos Diretores no exercício de 2016 foi de R\$ 4.314 (R\$ 8.348 em 2015). Não existe plano de benefícios definido de longo prazo.

Composição do montante pago aos Diretores:

	2016	2015
Proventos	3.403	5.844
Encargos patronais (INSS - FGTS)	911	2.504
Total	4.314	8.348

c) O Banco Pecúnia efetua o ressarcimento ao Banco Cacique referente a estrutura administrativa compartilhada. No exercício de 2016 o montante de R\$10.923 foi reconhecido como receita a título de ressarcimento (R\$58.489 em 2015). Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2.º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem do capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus côn

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
Despesas de água, energia e gás.....	(52)	(112)	(148)
Despesas de aluguéis.....	(641)	(1.109)	(1.108)
Despesas de arrendamento.....	(25)	(80)	(273)
Despesas de comunicações.....	(343)	(681)	(2.297)
Despesas com contribuições filantrópicas.....	(30)	(60)	(60)
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	(212)	(413)	(343)
Despesas de material.....	(35)	(83)	(91)
Despesas de processamento de dados.....	(6.479)	(12.770)	(20.833)
Despesas com promoções e relações públicas.....	(2)	(4)	(5)
Despesas de publicações.....	(18)	(97)	(1.713)
Despesas de seguros.....	(88)	(349)	(724)
Despesas com serviços do sistema financeiro.....	(195)	(502)	(1.805)
Despesas de serviços de terceiros.....	(274)	(521)	(840)
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	(1)	(4)	(2)
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ.....	(211)	(372)	(1.135)
Despesas de serviços de promoções de vendas - Sociedade Ligada (Nota explicativa n.º 18 a).....	-	-	(881)
Despesas de serviços de promoções de vendas - Não ligadas.....	(126)	(436)	(3.461)
Despesas de serviços de cobrança - Sociedade Ligada (Nota explicativa n.º 18 a).....	(587)	(1.503)	(3.461)
Despesas de serviços de cobrança - Não ligadas.....	(4.277)	(8.543)	(11.497)
Despesas de serviços de consultoria/assessoria.....	(584)	(1.340)	(3.722)
Despesas de serviços de assessoria e consultoria - SG Paris (Nota explicativa n.º 18 a).....	-	-	(26)
Despesas de serviços de assessoria jurídica.....	(1.502)	(3.147)	(5.612)
Despesas de transporte.....	(104)	(286)	(565)
Despesas de viagem no país.....	(94)	(208)	(439)
Despesas de depreciação e amortização.....	(1.083)	(2.335)	(3.333)
Despesas com indenizações cíveis.....	(2.010)	(3.890)	(4.770)
Outras despesas administrativas.....	(640)	(990)	(1.918)
Total	(19.613)	(39.835)	(71.062)

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas.....	101	553	1.304
Receita com ressarcimento de estrutura compartilhada (Nota explicativa n.º 18 a).....	297	10.923	58.489
Variações monetárias e cambiais ativas.....	240	482	451
Receitas com encargos contratuais-inadimplência.....	250	500	505
Receitas com encargos de cancelamentos de contratos.....	-	-	1
Reversão de provisão com créditos cedidos com coobrigação.....	-	-	67
Reversão de provisão com processos trabalhistas (Nota explicativa n.º 11 c).....	965	1.767	1.049
Reversão de provisão com processos cíveis (Nota explicativa n.º 11 c).....	614	3.847	49
Reversão de provisão com processos fiscais (Nota explicativa n.º 11 c).....	-	4.373	39.605
Receita custo originação - portabilidade.....	44	174	7.208
Reversão de provisão de despesas operacionais.....	37	560	4.650
Reversão de despesas de serviços de assessoria e consultoria - SG Paris (Nota explicativa n.º 18 a).....	43	43	25
Reversão de provisão de plano de pagamento baseado em ações.....	-	145	2.079
Reversão de provisão para perdas (1).....	3.578	3.578	31.230
Outras receitas.....	2.874	4.519	10.958
Total	9.043	31.464	157.670

(1) Em 2015 representava reversão de provisão efetuada para cobrir as perdas com a cessão da carteira, revertida na efetivação das cessões (nota explicativa nº 7 a). Em 2016 representava reversão de provisão efetuada para cobrir perdas com o processo de identificação de créditos recebidos.

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
Descontos concedidos.....	(114)	(441)	(5.961)
Despesas com prêmios de campanha em bens.....	-	-	(10)
Despesas com fraudes.....	(10)	(37)	(176)
Despesas com provisões com processos trabalhistas (Nota explicativa n.º 11 c).....	(2.557)	(8.116)	(30.845)
Despesas com provisões com processos cíveis (Nota explicativa n.º 11 c).....	(547)	(547)	(4.967)
Despesas com provisões com processos fiscais e previdenciárias (Nota explicativa n.º 11 c).....	(35)	(66)	(824)
IOC bancado sobre operações.....	-	(1)	(1)
Despesa com provisão para perdas.....	-	-	(31.230)
Outras despesas.....	(737)	(807)	(3.581)
Total	(4.000)	(10.015)	(77.595)

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - O Grupo Societé Générale (França) ofereceu como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras (Banco Caci que S.A. e subsidiárias) planos de pagamentos baseados em ações. Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados

em ações que estavam vigentes até 31 de março de 2016. Os planos de ações livres e diferidas foram liquidados com entrega de ações do Societé Générale (França). I - Plano de ações livres - Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Societé Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Societé Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 71.760 ações foram alocadas aos 1.794 funcionários do Banco Caci que e subsidiárias. O plano estava dividido em dois grupos, sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de performance na qual o Grupo Societé Générale apresentasse resultado líquido positivo em 2012. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, estava condicionado à permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumentasse entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking). O Societé Générale considerou na avaliação da quantidade de ações a serem empossadas "turn-over" de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações foi de 34,55 Euros e 33,15 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem. II - Plano de ações diferidas - Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Societé Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco Societé Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 2.427 ações foram alocadas aos funcionários do Banco Caci que. A outorga das ações estavam condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeita às condições de performance. Sendo que 50% das ações seriam outorgadas caso o beneficiário estivesse no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependiam do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - "Return on Equity") do Grupo Societé Générale fosse igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance seriam empossadas; Caso o ROE ficasse entre 10% e 15%, as ações seriam empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE} - 5\%)$, por exemplo se o ROE fosse de 10%, apenas 50% das ações seriam empossadas. (ii) o segundo critério se aplicava caso o ROE fosse inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e seria mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual seria comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA, BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Societé Générale ficasse entre os três primeiros colocados no ranking TSR seriam empossadas 50% das ações; se o SG ficasse entre a 4ª e 6ª, seriam outorgadas 25% das ações e caso ficasse após a sexta posição nenhuma ação seria empossada. As ações condicionadas a performance foram canceladas face as condições não terem sido cumpridas e as ações condicionadas ao cumprimento de permanência foram totalmente outorgadas em 31 de março de 2014. O Societé Générale considerou para cálculo um "turn-over" de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações, calculados adotando o método de arbitragem, foi de 34,82 Euros por ação. III - Fidelity Bonus Scheme - O Fidelity Bonus Scheme enquadrava-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuíam atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado. O plano foi outorgado em março de 2013 e liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requeria condições de desempenho para o seu exercício. A remuneração variável diferida no tempo foi apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Societé Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentou o valor final a ser pago aos funcionários. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o plano não possui beneficiários. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital e passivo, na rubrica "Outras Obrigações Diversas":

	Plano de Ações		Fidelity Bonus	Patrimônio Líquido	Passivo
	Ações livres	Plano de Ações diferidas			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.474	92	134	2.700	2.566
Constituição.....	482	-	-	482	482
Pagamento/ Reversão.....	(1.040)	-	(134)	(1.174)	(1.040)
Canceladas.....	(1.075)	-	-	(1.075)	(1.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	841	92	-	933	933
Reversão/Canceladas.....	(145)	-	-	(145)	(145)
Incorporação líquida da variação (nota explicativa nº 16).....	167	41	-	208	208
Saldo em 31 de dezembro de 2016	863	133	-	996	996

Em 31 de março de 2015 o valor de R\$ 318, referente a 2.672 ações do Plano de Ações livres, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. Em 2015 foram canceladas 9.840 ações em função de não atenderem a condições de permanência. Em 31 de março de 2016 o valor de R\$ 377, referente a 2.808 ações do Plano de Ações livres, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. No primeiro semestre de 2016 foram canceladas 1.080 ações em função de não atenderem a condições de permanência. Em 01 de agosto de 2016, 1.336 ações referentes ao Plano de ações livres, no montante de R\$ 167 e 440 ações referentes ao Plano de ações diferidas, no montante de R\$ 41, foram cindidas do Banco Pecúnia e incorporadas ao Banco Caci que (vide nota explicativa nº. 1).

23. OUTRAS INFORMAÇÕES - Desde 1.º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por padrões definidos na Resolução nº. 2099/94 e legislações complementares. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Societé Générale Brasil S/A com as instituições integrantes do Grupo Financeiro Societé Générale Brasil e está de acordo com as normas vigentes.

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADOR - Sonia Maria de Oliveira - CRC 1SP183151/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e aos Administradores do

Banco Caci que S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caci que S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caci que S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Suspensão da realização de novas operações de crédito** - Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração do Banco Caci que S.A., suspendeu a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações do Banco, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que

as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Outros assuntos - Reorganização societária Banco Caci que** - Conforme divulgado na nota explicativa 1, no contexto do processo de reorganização societária com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo econômico foram realizados os seguintes eventos: (i) em 01 de agosto de 2016, a incorporação da parcela cindida do acervo líquido do Banco Pecúnia S.A.; e (ii) em 18 de outubro de 2016, a incorporação da Credial Empreendimentos e Serviços pela Caci que Promotora de Vendas Ltda. (controlada do Banco Caci que S.A.). Em cumprimento às disposições do Banco Central do Brasil, examinamos os procedimentos adotados nos processos de incorporação, os quais, em nossa opinião, estão de acordo com as normas regulamentares. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6